

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São Jose do Rio Pardo. Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência, localizado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho, nº 69 na Vila Pereira, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr. Luiz Roberto de Oliveira, estando presentes os seguintes conselheiros: Adriana da Silva Figueira Baldo, Amanda Chiconello Braga; Daniel Chiconello Braga; Fernando Catalano; Francisco Carlos de Oliveira; Hélio Escudero; José Eduardo Giacon; Leiri Valentin; Luís Henrique Artioli Tobias; Melissa Rebeca Rodrigues Farrampa; Mario Aparecido Gusmão; Rute Helena Antonialle; Velmor Baldassim; Wanderley Aparecido Fernandes e Lucas Martinucci Boldrin. Havendo número legal de participantes o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Iniciando os trabalhos, foram entregues aos conselheiros cópias dos documentos a serem analisados, além de ser apresentada a pauta do dia. 1. Acompanhamento dos Investimentos do IMP através do relatório do 4º trimestre de 2024, O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Eduardo de Paula Marin, Diretor Financeiro, para trazer maiores informações sobre a carteira de investimentos. Inicialmente, o Sr. Eduardo, explicou que 2024 foi um ano “perdido” se falando em investimentos, a princípio se esperava que seria nos moldes de 2023, mas a situação fiscal do país trouxe medo e incertezas aos investidores. Salientou ainda que os fundos da carteira de investimento, não são isentos a volatilidade do mercado. E por fim informou como estão alocados os investimentos do IMP, sendo, 71,69% em títulos públicos, que oferecem menor risco; 11,17% em fundi CDI; 2,29% em IPCA 3; 8,42% em renda variável e 6,43% em Investimentos no Exterior. A carteira de investimentos encerrou o ano de 2024 com rentabilidade 4,89% e a meta atuarial foi de 10,13%, diferença negativa de 5,24%. O conselheiro Luiz Roberto questionou se o novo governo do Estados Unidos pode interferir nesses investimentos. Eduardo disse que os investimentos internacionais estão plácidos, entretanto os investimentos internos são preocupantes. 2. Deliberação da indicação do Comitê de Investimento quanto a realocação de recursos. Contando novamente com a presença do Diretor do Financeiro do IMP, sr. Eduardo Marin apresentou em tela a indicação formulada pelo Comitê de Investimentos do IMP para adequação da carteira. O Diretor falou sobre o déficit previdenciário, e da necessidade de remanejar (resgatar) os valores para suprir as obrigações previdenciárias do exercício de 2025. No Banco do Brasil foi indicado resgatar do fundo de investimento, BB Previdenciário RF Crédito Privado IPCA III no valor de R\$.6.163.768,38 e da Caixa Econômica Federal o fundo CEF FI Brasil Matriz, o valor de R\$.10.000.000,00 totalizando o montante de R\$16.163.768,38, aproximadamente. Os saldos terão como destino a aplicação no fundo Bradesco FI RF DI Federal Extra. Também foi proposto o resgate total da taxa administrativa da conta do Banco Bradesco, do fundo Bradesco FI RF IDKA PRE 2 no valor de R\$4.106.618,00, valor esse que será aplicado no fundo Bradesco FIF RF DI Premium. A proposta do Comitê de Investimentos de alteração foi aprovada por unanimidade. 3. Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Administrativo para o mandato dos anos de 2025 e 2026. O Presidente do Conselho Administrativo, Sr. Luiz Roberto de Oliveira, convocou eleições para Presidente e Vice-Presidente do referido conselho, mencionou que para ocupar o cargo de presidente é necessário ser conselheiro vitalício, se colocando à

disposição como candidato, estendeu o convite aos demais conselheiros, se alguém teria interesse em se candidatar. O Sr. Francisco Carlos de Oliveira, atual Vice-Presidente, informou que não mais seguiria no cargo, colocando assim o cargo à disposição para uma nova candidatura. Após discussões foi reeleito o Sr. Luiz Roberto de Oliveira para o cargo de Presidente do Conselho Administrativo e o Sr. Wanderley Aparecido Fernandes para o Cargo de Vice-Presidente para o biênio 2025/2026. 4. Assuntos diversos. O Sr. Eduardo de Paula Marin, destacou o valor recebido pelo IMP a título de compensação Previdenciária (Comprev) no exercício de 2024, sendo R\$2.712.379,58 do Plano Previdenciário e R\$1.478.866,09 do Plano Financeiro, totalizando R\$4.191.245,67, foi destacado o bom trabalho feito pelo Sr. Fabiano Boaro de Sousa, que sem este empenho certamente o valor não chegaria à esse montante. O Sr. Presidente comentou que recebeu um ofício do poder executivo na data de 22.01.2025, data esta posterior a convocação para a reunião, e que por isso não constava na pauta de discussão, mas que era pertinente tratar do assunto como assuntos diversos. O assunto do ofício é a “submissão de Projeto de Lei para apreciação do Conselho Administrativo em Conformidade com a Portaria MPT nº 1467/2022”. Luiz disse que o ofício pede apreciação do Conselho sobre o projeto de lei, e que foi feita uma denúncia junto ao Ministério Público a respeito do caso. A Sra. Lígia Manetta Galiazzo, Advogada do IMP, disse que o ofício embasa a alteração da lei, mas que o IMP e o Conselho tomaram conhecimento do Projeto de Lei de forma tardia, disse ainda que não cabe ao conselho deliberar sobre a lei, mas buscar uma forma de compensar essa perda. O conselheiro Mario Gusmão, se posicionou contra o aceite, e que se deveria consultar o atuário do IMP antes, além de apresentar uma contrapartida. A Sra. Ligia concordou que essa seria a melhor alternativa. O Conselheiro Velmor falou que o conselho precisa buscar uma solução, negociar uma compensação. Por fim a Sra. Ligia comentou que não teve conhecimento prévio do projeto de lei e que a compensação poderia ser feita por aporte, destinação do imposto de renda retido pelo IMP. O Sr. Carlos Eduardo, Diretor Executivo Interino do IMP, entrou em contato com o Sr. Thiago, consultor da BRASILIS Consultoria Atuarial, através de chamada de vídeo, esclareceu as dúvidas do conselho. Thiago falou que a avaliação atuarial realizada em novembro de 2024 do plano previdenciário estaria próxima do negativo, devido a projeção menor de receita, o que ocasionaria uma eventual necessidade de aumento do aporte. Se mantivéssemos a previsão, o fundo entra em déficit atuarial de aproximadamente R\$16.000.000,00, o que seria necessário revisar a segregação de massa ou buscar outra solução. Com a nova projeção de cálculos e a elevação da taxa de juros o plano passa a ser superavitário em aproximadamente R\$1.520.000,00, quanto maior a taxa de juros, melhor o atuarial, caso haja uma redução da taxa de juros, voltaria a apresentar déficit. Thiago termina dizendo que não houve ilegalidade no texto da lei, e que no melhor cenário não houve déficit atuarial. No final o Sr. Luiz Roberto sugere responder o ofício durante a semana, e analisar melhor as questões, o conselheiro Hélio Escudeiro, sugere estudar melhor o assunto e convocar uma reunião extraordinária para avaliar o assunto. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, e eu, Júlio César Urias Oliveira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelos conselheiros presentes.

1. Adriana da Silva Figueira Baldo_____
2. Amanda Chiconello Braga _____
3. Daniel Chiconello Braga _____
4. Francisco Carlos de Oliveira _____
5. Fernando Catalano _____
6. Hélio Escudero _____
7. José Eduardo Giacon _____
8. Leiri Valentin _____
9. Lucas Martinucci Boldrin _____
10. Luís Henrique Artioli Tobias _____
11. Luíz Roberto de Oliveira _____
12. Melissa Rebeca Rodrigues Farrampa _____
13. Mario Aparecido Gusmão _____
14. Rute Helena Antonialle _____
15. Velmor Baldassim _____
16. Wanderley Aparecido Fernandes _____

_____X_____